STJ00109951

A LIBERDADE ECONÔMICA

Uma análise material e processual da Lei nº 13.874/2019

Rennan **THAMAY**
Maurício **TAMER**
Vanderlei **GARCIA JUNIOR**

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
Juliana Mayumi Ono

Gerente de Conteúdo
Milisa Cristine Romera

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Querria Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial
Coordenação
Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfouri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfouri

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
Marcello Antonio Mastrorosa Pedro

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
Mauricio Alves Monte

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Thamay, Rennan Faria Krüger
A Lei de liberdade econômica : uma análise material e processual da Lei nº 13.874/2019 / Rennan Faria Krüger Thamay, Vanderlei Garcia Junior, Maurício Tamer. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia
ISBN 978-65-5065-288-3

1. Direito econômico 2. Direito econômico - Brasil 3. Direito empresarial - Brasil 4. Lei 13.874, de 2019 - Comentários 5. Livre comércio 6. Livre mercado I. Garcia Junior, Vanderlei. II. Tamer, Maurício. III. Título.

20-34348 CDU-34.33(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Lei da liberdade econômica : Direito econômico 34.33(81)(094)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA 5

EPÍGRAFE 7

NOTAS DOS AUTORES E AGRADECIMENTOS 9

PREFÁCIO 11

APRESENTAÇÃO 13

INTRODUÇÃO 21

CAPÍTULO 1 - A SEGURANÇA JURÍDICA E A ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL: A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA COMO MARCO 33

1.1. Nota introdutória para entender a Lei nº 13.874/2019 ... 35

1.2. A ordem econômica e a livre-iniciativa na Constituição Federal de 1988 42

1.3. A segurança jurídica: uma análise sistêmica dos mecanismos garantidores de estabilidade econômico-social 56

CAPÍTULO 2 - A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA Nº 13.874/2019 63

2.1. Aspectos iniciais 65

2.2. Princípios (art. 2º, LLE) 68

2.3. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica: a proposta de direitos para viabilização concreta da livre-iniciativa (art. 3º, LLE) 75

STJ00109951

2.4. As garantias da livre-iniciativa: a limitação da intervenção do Poder Público nas atividades econômicas (art. 4º, LLE) ... 86

2.5. A análise prévia de impacto regulatório (art. 5º, LLE) ... 89

CAPÍTULO 3 - A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA E AS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ... 95

3.1. Impactos no Código Civil e a mudança na interpretação dos negócios jurídicos (art. 7º, LLE – alterações nos arts. 113 e 421 do CC) ... 98

3.2. A desconsideração da personalidade jurídica (art. 7º, LLE – alteração no art. 50 do CC) ... 107

3.2.1. A desconsideração da personalidade jurídica no sistema brasileiro ... 112

3.2.2. As alterações da Lei da Liberdade Econômica no Código Civil: a conceituação jurídica do abuso da personalidade jurídica (desvio de finalidade e confusão patrimonial) ... 115

3.2.3. A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor ... 127

3.2.4. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil ... 129

3.3. A Lei da Liberdade Econômica e os impactos no Direito Empresarial e Societário (art. 7º, LLE) ... 137

3.4. A configuração jurídica dos fundos de investimento (art. 7º, LLE – inserção dos arts. 1.368-C e ss. no CC) ... 147

3.5. A Lei da Liberdade Econômica e os principais impactos no Direito do Trabalho (art. 15, LLE – alterações na CLT) ... 150

3.5.1. Dispositivos revogados da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) ... 157

STJ00109951

3.6. As demais alterações propostas pela Lei de Liberdade Econômica: a impugnação administrativa a registro de bens da União, a celebração de negócios jurídicos processuais e a transação fiscal 162

CAPÍTULO 4 - A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO RESPALDO DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA: UMA VISÃO PROCESSUAL DAS ESTABILIDADES 173

4.1. O controle de constitucionalidade 176

4.1.1. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: a consolidação da segurança jurídica e da estabilidade das relações jurídicas..... 176

4.1.2. O controle de constitucionalidade na legislação infraconstitucional..... 180

4.1.3. Tipos de ações no controle abstrato: a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI); a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO); a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 183

4.1.4. O controle difuso de constitucionalidade: aspectos gerais do controle difuso de constitucionalidade e o prequestionamento 234

4.1.5. Relação da Lei da Liberdade Econômica no recurso extraordinário e a repercussão geral como requisito de admissibilidade..... 246

4.1.6. Aplicação prática da repercussão geral na ordem econômica e na livre-iniciativa 255

4.2. O dilema entre efetividade e celeridade *versus* previsibilidade e segurança jurídica: um desafio à efetividade prática da LLE..... 268

4.3. A Lei da Liberdade Econômica e os precedentes judiciais 284

STJ00109951

4.3.1. A segurança jurídica, o fortalecimento do Judiciário e o papel democrático do microssistema de precedentes instituído pelo Código de Processo Civil 284

4.3.2. Análise da influência, dos efeitos e da possibilidade de superação dos precedentes para a estabilidade do sistema: a previsibilidade e a segurança jurídica como balizas da superação excepcional 289

CONSIDERAÇÕES FINAIS 295

BIBLIOGRAFIA 303